

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 7

REVOLTAS e REVOLUÇÕES



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1985

A REVOLTA IMAGINÁRIA
O OPERARIADO FRENTE AO 28 DE MAIO

I

Num bom número de trabalhos dedicados nos últimos anos ao movimento operário retomaram-se os argumentos polémicos de velhos militantes para explicar as vicissitudes das organizações de trabalhadores perante a ditadura. De maneira geral reproduzem o esquema de um movimento sindical monolítico sob a hegemonia anarquista, até que a questão das Internacionais provocasse a contenda entre libertários e moscovitários e abrisse a brecha fatal para a classe operária. Como nenhuma destas tendências pudesse decretar a revolta contra a soldadesca bracarense, as acusações mútuas de traição vieram mascarar um fracasso cujas raízes mergulham no passado longínquo do movimento operário.

Sabemos agora, por confissão do secretário da C.G.T. Manuel Joaquim de Sousa, que os efectivos da central sindical rondavam pelos 35 000 aderentes no período de fausto, valor muito distanciado dos 120 000 e mesmo 150 000 postos em circulação por avaliações delirantes 0).

Outro mito resistente é o da unidade sindical que a C.G.T. ou mesmo a União Operária Nacional teriam conseguido. Não obstante os esforços de unificação feitos em Tomar (1914) ou em Coimbra (1919) uma parte dos sindicatos operários manteve-se afastada daquelas organizações por desacordo ideológico (*)

(*) Université de Paris VIII.

C) Leiam-se as «memórias» editadas em a *Voz Anarquista* n.º 1 (22 de Janeiro de 1975) e ss., sob o título «últimos Tempos de Acção Sindical Livre e do Anarquismo Militante».

Revoltas e Revoluções

com o sindicalismo revolucionário, divergências muitas vezes consequentes de persistentes sentimentos corporativos. Camadas intermediárias como os empregados no comércio, funcionários, bancários, correios e telégrafos, empregados de escritório, etc., quedaram-se por um republicanismo dúbio, quando não eram atravessadas por tendências monarquizantes e até integralistas.

No período mais prestigioso da C.G.T. e antes das cisões inspiradas pelos comunistas, o repúdio pela acção directa afugentara para o sindicalismo social-democrata algumas destas corporações. Assim acontecera com a Federação Operária da Indústria de Chapelaria Portuguesa (2). A importante Federação Portuguesa dos Empregados do Comércio com os seus 5 000 aderentes, prefere os contactos da International Federation of Commercial, Clerical and Technical Employees com sede em Amesterdão, sem dúvida mais próxima da sua orientação do que o «extremismo» de Berlim. Pelas mesmas razões a Associação de Classe do Pessoal Maior dos Correios e Telégrafos (1 500 aderentes) se aproxima da Postal International estabelecida em Viena e, a Associação de Classe dos Músicos Portugueses, da International Confederation of Musicians com sede em Bruxelas (3).

Em 1925 as simpatias da Federação Nacional dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais (5 300 associados), vão ainda para a reformista Federação Sindical Mundial (4).

Embora o Partido Socialista Português contasse com uns escassos 2 000 ou 2 500 militantes, a sua audiência prolongava-se através de alguns organismos operários importantes, tais como a Casa do Povo Portuense, a Sociedade Voz do Operário e várias cooperativas. Ao nível sindical tinha implantação no sector dos «serviços», junto dos operários municipais, na Casa da Moeda, Imprensa Nacional, Correios, Arsenais, Marinha Mercante, etc.

Instaurado o regime ditatorial, esta tendência vai acelerar-se com a publicação de *O Trabalho*, periódico sindicalista «orientado por militantes da organização sindical» e que a partir do 8.º número se confessa «integrado nos princípios da Federação Sindical Mundial» (5). Em 19 de Setembro de 1926 cons-

(2) *Erstes Jahrbuch des Internationalen Gewerkschaftsbundes. Anhang VII. Amsterdam, 1922.*

(3) *Second Statistical Year Book of the International Federation of Trade Unions, 1923-1924. Amsterdam, 1924.*

(4) *Fünftes Jahrbuch des Internationalen Gewerkschaftsbundes. 1927. Teil I. Amsterdam, 1927.*

(5) O 1.º número saiu em 18 de Julho de 1926, dirigido por Francisco Veloso Lima.

A Revolta Imaginária

titui-se uma Liga dos Partidários da Federação Sindical Internacional presidida pelo representante do caixeiro José de Almeida. Na reunião constitutiva tomaram parte 36 delegados, alguns deles militantes experientes como Mariano Pereira (dos Operários Municipais), José Augusto Machado (tipógrafos) e José Júlio da Costa da Imprensa Nacional.

A constituição da Liga provocou as reacções críticas da C.G.T. e dos partidários da Internacional Sindical Vermelha, imediatamente apresentada como uma operação divisionista. O *Trabalho* respondeu-lhes ironicamente no seu número oito:

«Dum lado os anarquistas que supondo-se os mentores igrégios das massas trabalhadoras, têm-se tornado intolerantes, pretendendo forçá-las a aceitar e seguir as suas ideias e orientações; por outro, os comunistas, impedidos pelas ordens moscovitárias, e supondo também que só eles defendem a lídima e verdadeira táctica que há-de conduzir o operariado à sua breve e completa emancipação, não têm querido reconhecer vassalagem ao domínio anarquista como docilmente a prestaram a Moscou» (6).

No Norte do País a presença socialista em certas organizações de trabalhadores era quase uma tradição. Com as associações dos Manipuladores dos Tabacos, Artes Metalúrgicas e Oficiais de Ourives, o Partido Socialista fundou, em meados de 1929, a Federação das Associações Operárias. Em Maio de 1930 tinham aderido à recém-formada Federação os sindicatos dos Pedreiros Portuenses, Operários da Indústria dos Fósforos, Operariado Assalariado do Município e Marceneiros de Valbom. Na sua órbita giram também a Associação dos Criados e Cozinheiros da Marinha Mercante Estrangeira (Leixões), Estivadores, Descarregadores, Fragateiros e Catraeiros do Norte, Mineiros de S. Pedro da Cova e os Mineiros de S. João da Madeira. Não é mero acaso se o continuador da *Batalha* alvejava «as tentativas de conquista que os dois sectores do marxismo estão experimentando, cada um dos quais esforçando-se por conseguir infiltrar-se, o mais possível, no movimento operário» (7). A constante moderada do sindicalismo português que os anos loucos da acção directa tinham ofuscado, aparecia agora como uma concorrente muito séria.

O sindicalismo vermelho tem sido objecto de maior curiosidade da parte dos estudiosos, mas nem por isso se pode

(6) *Q Trabalho* n.º 8, de 3.1.1926.

(7) *Vanguarda Operária* n.º 6, de 22.9.1929.

Revoltas e Revoluções

considerar mais bem estudado. Sem negarmos a importância mundial exercida por esta tendência nos anos vinte e trinta, parece-nos que no caso particular de Portugal foi pouco significativa se excluirmos o período posterior a 1969.

A tática sindical dos comunistas portugueses dos anos vinte foi algumas vezes alvo das críticas de Moscovo: «Fundado em 1920 o Partido Comunista Português estreou-se com um manifesto pouco feliz que irritou os sindicalistas e provocou da parte destes respostas agri-doces» (8). Até 1926 os sucessos sindicais do novo partido são praticamente nulos. A edição do órgão sindicalista vermelho *A Internacional* não materializa qualquer esforço militante nem significa um apoio financeiro da parte do operariado. Se *A Internacional* viu o dia foi graças aos 300 francos enviados por Moscovo para efeitos de propaganda (9).

Decegado pela intervenção autoritária de Jules-Humbert Droz, o partido verá o número dos seus aderentes baixar de 1 700 em 1922 para menos de 70 em 1926. Ainda assim os rescapados das constantes exclusões são acusados pela Internacional Comunista de «falta de disciplina» e de serem dirigidos por um Comité Central «sem homogeneidade» (10). Em Abril de 1929 existem ao todo no país, segundo o testemunho insuspeito de Bento Gonçalves, cerca de 30 militantes (u). No ano seguinte apenas o Socorro Vermelho continua a dar sinais de vida.

Nestas circunstâncias parece-nos exagerado atribuir a um grupo heteróclito e indisciplinado de setenta indivíduos a ruína do suposto baluarte operário (a C.G.T.), a pontos de o impedirem de derrubar a ditadura. Ao contrário do Partido Socialista, largamente beneficiado pela retracção do operariado, que tem um número razoável de militantes, uma imprensa com três grandes órgãos, a *República Social*, *O Protesto* e *O Trabalho*, coadjuvados por um bom número de periódicos locais e corporativos, o Partido Comunista não possuía quadros, nem militantes, nem meios materiais para contrabalançar a influência

(8) *Correspondance Internationale*. Vol. 1922. A data indicada por A. Z. para a fundação do P.C.P. não é a oficial. No entanto corresponde às reuniões entre portugueses e comunistas espanhóis vindos a Portugal.

(9) Carta de J. H. Droz à Comissão do Orçamento do Comintern datada de Paris de 22 de Novembro de 1923. Conservada no IISG de Amesterdão.

(10) *Uactivité de V.I.C. du V.^e au VI.^e Congrès*. Paris, Bureau d'Éditions, 1928.

(u) *Duas Palavras*. S/A., Ed. do P.C.P., 1971.

A Revolta Imaginária

anarquista. Apesar do triunfalismo das suas declarações a Internacional Comunista é obrigada a reconhecer:

«No que toca a propaganda em geral através dos jornais e manifestos, o partido nada empreendeu devido a severidade da censura e a falta de meios materiais.

No terreno sindical, o sucesso do partido é insignificante. A falta de emulação da maioria dos militantes tornou impossível qualquer progresso neste domínio...

Nas organizações sindicais vermelhas não existe nenhuma fracção comunista, salvo na dos Empregados do Comércio de Lisboa» (12).

A crise dos órgãos dirigentes da C.G.T. manifesta no congresso sindical de 1925, teve origem no choque de duas correntes de opinião completamente estranhas ao comunismo. Uma neutralista, onde pontificavam o próprio secretário da C.G.T. Santos Arranha e Alexandre Vieira, propunha o abandono da Internacional de Berlim no intuito de salvaguardar a integridade da central operária. Outra anarquista, fiel à escolha feita em congressos sindicais anteriores e nada disposta a fazer concessões de princípios.

Os neutralistas davam provas dum certo realismo procurando reter a hemorragia do movimento sindical, sacrificando uma adesão mais simbólica do que real. É que, não obstante as ligações platónicas com a Associação Internacional dos Trabalhadores, o proletariado português continuava no seu tradicional isolamento, não conseguindo sequer a C.G.T. pagar as quotas de membro da Internacional Anarco-Sindicalista.

Mas se a linha «arranhista» parece a mais adaptada às dificuldades do momento, outrotanto se não pode dizer da sua actuação prática. Na impossibilidade de fazer aceitar os argumentos à maioria pró-anarquista, os neutralistas dissolvem o Conselho e o Comité confederais, passando por cima das resoluções dos congressos e desrespeitando os estatutos da Confederação. Os anarquistas denunciaram com tanta veemência o «golpe de estado» que em 26 de Agosto de 1926 Santos Arranha seria substituído por Manuel Joaquim de Sousa.

Em vez de acalmar os ânimos as modificações no elenco dirigente agravarão, pelo contrário, a excitação. Logo no Congresso Extraordinário dos Sindicatos Operários de Lisboa, reunido em Novembro, os partidários da I.S.V. declaram-se prestes a aceitar a unidade sindical se a C.G.T. se retirasse imediatamente da A.I.T..

(12) *U activité de V.I.C....*, p. 357.

Revoltas e Revoluções

Os sindicalistas vermelhos não renovaram, é certo, a exigência duma adesão a Moscovo. Mas o facto de pretenderem fazer aceitar a todos os sindicatos do país as resoluções duma assembleia composta exclusivamente por organismos de Lisboa, foi uma «calinada exemplar». Para os anarquistas foi uma oportunidade suplementar de denunciarem as «manobras do autoritarismo mosco vitário».

Em 1929, com a C.G.T. na maior das apatias, o Partido Comunista adopta uma tática declaradamente cisionista. Da organização operária consegue desligar uma parte da Federação Marítima, a Zona Sul da Federação dos Empregados do Comércio e a Associação dos Caixeiros de Lisboa. Com o Sindicato dos Arsenalistas, formaram depois (Março de 1930) a Comissão Inter-Sindical de Lisboa, cuja actividade foi de pouco brilho.

A constituição da C.I.S. sem ser verdadeiramente uma vitória para o partido, foi-o ainda menos para a classe operária. Os marítimos bastante numerosos devido ao regime da sindicalização obrigatória, ficariam lamentavelmente divididos em Federação Velha e Federação Nova. A Federação dos Empregados do Comércio desapareceria nos fins de 1930. Quanto à Associação dos Caixeiros de Lisboa, transformar-se-ia em simples salão de bailes sem que os comunistas pudessem obstar a tal metamorfose. Bento Gonçalves diria mais tarde em acto de contrição: «A cisão na C.G.T. foi um mau passo e a seu respeito todos nós estamos de acordo» (13). Desalentado, o Comité dos Partidários da I.S.V. proclamava: «enquanto durar a ditadura é impossível fazer a luta de classes» (14).

II

Quando um processo revolucionário entra na fase de decadência, nada mais fácil do que atribuir as derrotas a bodes expiatórios: «Se este *processus* se desenvolve vagarosamente, deve-se em parte à ausência de trabalho sistemático da parte do P.C. e dos partidários da I.S.V.» (15). Numa fase caracterizada de desradicalização do operariado, esta acusação feita aos comunistas portugueses carece de fundamento.

Faltam-nos estatísticas sindicais seguras para avaliarmos o fenómeno de retrocesso dos anos vinte e podermos articulá-las

(13) *Duas Palavras*, p. 8.

(14) *Ibidem*, p. 8.

(10) *Vactivité.....*, p. 365.

A Revolta Imaginária

com o aumento do desemprego. No Censo de 1925 de Lisboa e Porto mais de 60% da população das duas cidades vive sem actividade profissional definida ou encontra-se desempregada:

	Lisboa	%	Porto	%
População Total:	530 654		215 738	
da qual:				
Trabalhos domésticos	185 321	34,92	74 609	34,58
Sem indicação de profissão	30 619	7,77	5 553	2,57
Momentaneamente sem emprego	422	0,08	114	0,05
Indivíduos sem profissão	9 353	1,76	2 083	0,97
Não classificados	101 691	19,16	53 276	24,69
Mendigos, Vagabundos, Meretrizes	8 561	1,61	1146	0,53
Prof. desconhecida			87	0,04 (18)

A crise de após-guerra obrigou a compressões de mão-de-obra em indústrias temporariamente beneficiadas pelo conflito ou pela ausência da concorrência estrangeira. É o caso do calçado e do têxtil com fornecimento assegurado ao exército, mas sobretudo do sector conserveiro cujo número de estabelecimentos fabris se elevava até ao meio milhar. Em 1926 esta indústria tradicional encontra-se num estado de desespero. A capacidade efectiva de produção por fábrica limitava-se a 49% do nível de 1918. Sem qualquer perspectiva de trabalho muitos conserveiros abandonam o país nomeadamente para França.

Na construção civil, tábuas de salvação periódica dos excedentários de outros sectores, a actividade afrouxara desde a proclamação da República para estagnar durante as hostilidades.

Posta à prova por uma conjuntura desgastadora a capacidade de resistência da classe operária diminui rapidamente. A falta de dados oficiais, as estatísticas enviadas por J. Carlos Rates a Jules-Humbert Droz dão uma ideia aproximada do que poderíamos chamar a hemorragia sindical:

O⁸) Censo Extraordinário da População das Cidades de Lisboa e Porto. 1 de Dez. de 1925. Lisboa, Imprensa Nacional, 1926.

Revoltas e Revoluções

Evolução dos efectivos sindicais em Lisboa (17)

	1919	1923
Construção civil	13 000	2 400
Metalúrgicos	6 000	1600
Empr. no comércio	1000	450
Arsenalistas do exército	1500	1850
Arsenalistas da marinha	1 100	1300
Alfaiates	400	260

Mesmo sem estatísticas seguras os indícios concretos da desmobilização operária são de incontestável evidência. A asfíxia financeira da C.G.T. e o passivo na gestão de *A Batalha* não só confirmam o abandono das organizações mas ainda o retraimento dos assinantes ou compradores eventuais do órgão sindicalista. Poder-se-ia pensar que a decadência da C.G.T. e do seu porta-voz se operava em benefício dos partidários da I.S.V. e da *Internacional* mas assim não aconteceu. O periódico dos sindicalistas vermelhos consegue sobreviver mercê de um endividamento que aliás lhe será fatal (18).

Antes mesmo de ser objecto de medidas repressivas por parte da ditadura a C.G.T. confessava, pela voz do Comité do seu Conselho: «a influência confederal está bastante reduzida», atribuindo o facto às lutas intestinas entre militantes operários, à crise de trabalho, à redução dos salários e à emigração (19). As crises de trabalho de 1924-25 e de 1929 agudizaram a concorrência entre homens, mulheres e crianças, obrigaram o operariado a aceitar as baixas salariais, a fechar os olhos ante o desrespeito do horário de trabalho, ao mesmo tempo que se reavivavam as rivalidades corporativas. Muitos sindicatos sobreviveram enquanto as condições económicas da produção permitiram um acordo tácito na divisão do trabalho. Assim, por exemplo a importante Associação de Classe dos Artistas Construtores Navais de Gaia foi votada ao abandono logo que (1923) a falta de trabalho impeliu Carpinteiros Navais e Calafates a romperem o pacto. Outrotanto sucedeu com a Associação de

(17) Carlos da Fonseca. «Le Origini del Partito Comunista Portoghese», *Movimento Operario e Socialista*, XIX, n.º 1-2, Gennaio-Giugno, 1973, p. 85.

(18) Carta de Rates a Droz de 25 de Junho de 1924 conservada nos Fundos J. H. Droz em Amesterdão.

(19) *A Batalha*, de 17 de Dezembro de 1926.

A Revolta Imaginária

Classe dos Operários Cristaleiros da Marinha Grande em 1925, mas neste caso o conflito limitou-se aos próprios cristaleiros. Nas conservas a desunião veio do desequilíbrio numérico entre operários masculinos adultos e a mão-de-obra feminina ou menor recrutada massivamente durante a euforia. Nas oito fábricas mais representativas de Portimão trabalhavam em 1929 entre 1 800 e 2 000 mulheres pagas a \$60 à hora, analfabetas a quase 100% e não sindicalizadas. Os adultos masculinos eram nesta altura verdadeiras raridades fabris. Das rivalidades entre arsenalistas do quadro e adventícios fala-nos Bento Gonçalves nos seus escritos ⁽²⁰⁾.

Por vezes a estrutura corporativa mostra-se incapaz de resistir à mínima desavença dos seus componentes. A integração dos Boletineiros nos Telégrafo-Postais em 1930 (assimilados aos carteiros) provocou uma autêntica guerra entre os últimos e os telegrafistas. Na greve das obras do *Comércio do Porto* (Maio de 1929) em defesa de um delegado sindical despedido, os grevistas são atacados pela Comissão Executiva da Associação de Classe dos Pedreiros, caluniados pelo *Construtor Civil* que quase pede a intervenção das autoridades ⁽²¹⁾. Os conflitos entre condutores de eléctricos e vendedores de jornais ⁽²²⁾, sindicato horticeiro do Barreiro e Federação Corticeira (1929), ferroviários das várias linhas, etc., são outros tantos exemplos da crise sindical nestes anos sórdidos.

A reaparição de certas práticas denuncia uma mutação psicológica característica dos períodos de crise. No funeral dum ricaço de Braga (Junho de 1929) as bandeiras sindicais dos trabalhadores da Tracção Eléctrica, Marceneiros, Manipuladores de Pão, etc., desfilam em homenagem, lado a lado com a Associação Católica e «Organizações Patrióticas». Pela mesma altura a Casa do Povo da Covilhã de tantas tradições organiza uma recepção grandiosa a um ministro da Ditadura. Em Setembro de 1926 a classe da Construção Civil de Lisboa movimentou-se para que a polícia fiscalize o cumprimento do horário de oito horas. O exemplo é seguido pelo Sindicato dos Empregados no Comércio e Indústria da capital, solicitando do Governo Civil o mesmo favor. Estes comportamentos não reflectem só a perda de confiança nas próprias forças. São também a marca de declínio da autonomia e do orgulho operário, isto é, o

⁽²⁰⁾ *Escritos (1927-1930)*. Lisboa, Seara Nova, 1976. Recolha, Introdução e notas de António Ventura.

⁽²¹⁾ Os operários eram empregados da Cooperativa dos Pedreiros e, a Associação dos Pedreiros Portuenses controlada pelo Partido Socialista.

⁽²²⁾ *A Batalha*, de 20 de Outubro de 1926.

Revoltas e Revoluções

sinónimo duma mutação «cultural» em ruptura com as tradições da geração anterior. A crítica dos patriarcas contra o conformismo materialista dos jovens operários dá-nos uma ideia da mudança:

«Cansou-se a geração, e as almas deixaram-se invadir de resignação e descrença, sem esboçar, ao menos, um generoso e altivo levantamento. Nenhum gesto alto-neiro, nem pensamento audacioso vem agora iluminar os sonhadores, exaltar os idealistas, interessar os filósofos ou empolgar as multidões. Bem parece que caiu o mutismo sobre a vida...» C²³).

Até à primeira guerra mundial o movimento operário foi totalmente orientado por trabalhadores qualificados, por uma plêiade de autodidactas, fundadores das associações, seus mentores ideológicos e seus gestores. Nas assembleias, congressos e comícios o «companheiro prestimoso» incarnava a mediatização do poder, muitas vezes confundida com a autoridade paternalista. Fosse ou não qualificado o velho operário fabril reconhecia estes homens como guias naturais, admirando-lhes o «savoir faire» e tomando-os por modelo. A participação de Portugal no conflito europeu e seu prolongamento africano destruiu em grande parte as bases em que assentava aquela comunidade. Por um lado o recrutamento massivo de mulheres e menores e os desgastes provocados pela pneumónica, levaram às fábricas uma mão-de-obra sem tradições industriais, alheia à «cultura operária». Por outro, os patrões instigados pelas directivas da União dos Interesses Económicos ou inspirados no modelo dos estabelecimentos do Estado, iam impondo novas disciplinas fabris, comparadas por um ferroviário à vida de caserna:

«A laboração começa às 8 horas; porém, o primeiro apito toca às 7h 40...; 1.º tempo, para preparar. O segundo sinal às 7h50, 2.º tempo para entrar. Quando este toque termina, deve o pessoal encontrar-se dentro do recinto da Companhia. Caso contrário é fechada a porta, mesmo que ainda estejam para entrar um, dois, como 50 ou 100 operários....

Há então o terceiro silvo, 5 minutos antes para se pegar ao trabalho, 3.º tempo, que é como na esgrima militar, arma cruzada para iniciar o ataque. Nas oficinas da C. P. devem todos os operários a este toque, estarem junto das respectivas bancadas, com a mão na respectiva ferramenta, para, ao 4.º apito, pegarem imediatamente e irrevogavelmente ___ ao trabalho....

^(a) «O Mutismo da Geração», *A Batalha*, de 5 de Janeiro de 1927.

A Revolta Imaginária

Se alguém por descuido ou esquecimento, deixa de por, à saída a chapa na chapeira, até 10 minutos depois do meio dia, é castigado com 4 horas de trabalho não pago» C²⁴).

A Grande Guerra desmistificou também certas formas de caciquismo ideológico ao provocar em Portugal a divisão in-tempestiva da corrente anarquista numa tendência aliadófila e outra não intervencionista. Asperamente criticados nas páginas de *A Aurora* pela atitude francófila militante, os intelectuais libertários perderiam todo o prestígio e credibilidade junto das massas operárias. Pouco a pouco desapareceriam do militan-tismo activo Emílio Costa, Julião Quintinha, Pinto Quartim, Adolfo Lima, Aurélio Quintanilha, Manuel Ribeiro, Campos Lima, Sobral de Campos, Augusto de Miranda, Nascimento Cunha e muitos outros, facto que leva *A Vanguarda Operária* a interrogar-se sobre tal hecatombe:

«Que é feito dessa plêiade de militantes, alguns deles outrora possuídos de entusiasmos juvenis, e que com frémios de ansiosas palpitações ideológicas fizeram viver a organização operária horas de intensa emoção fazendo acalentar a todos os revolucionários as mais ri-dentes esperanças?» (25).

Só Neno Vasco escaparia à derrocada mas a tuberculose arrebatou-o em Setembro de 1920.

Poderíamos resumir o lema da juventude militante do após-guerra à simples frase: *menos política e mais acção!* De facto a geração ascendente mostrou-se mais inclinada a punir os abusos patronais, o zelo perseguidor dos agentes da ordem ou dos juízos do Tribunal de Defesa Social, do que a gastar os verdes anos em tarefas burocráticas. Ao protesto colectivo substituiu o petardo minoritário, às organizações de massas a actuação iniciática da Legião Vermelha ou os núcleos de acção, publicamente apresentados como sindicalistas. O quotidiano dos jovens dos anos vinte era tecnicamente diferente da vida sem sobressaltos da geração anterior. As conquistas tecnológicas do capitalismo geraram novas formas de vida que a própria conquista das oito horas ajudaria a propagar. Assim a expansão da energia eléctrica possibilitou transportes urbanos mais baratos e rápidos, popularizou o cinematógrafo «tão mal aproveitado, exibindo borracheiras de gatunice, religião, etc.» (28), in-

(²⁴) *A Batalha*, de 23 de Julho de 1926.

O N.º 11, de 1 de Dezembro de 1929.

(²⁵) *A Comuna*, de 17 de Dezembro de 1926.

Revoltas e Revoluções

roduziu nos lares, tabernas e associações o discurso moralizante ou patriótico da T.S.F. a partir de 1914 (27). Não exagerava pois *A Vanguarda Operária* ao afirmar: «actualmente, os trabalhadores organizados não satisfazem as exigências do momento por factos vários, onde se destaca o da grande influência exercida pela imprensa, cinema, T.S.F. e demais manifestações do pensamento» (28).

Mais negativos se revelaram as práticas desportivas erigidas em sistema de concorrência ou baseadas no vedetariado. Um militante de Coimbra escrevia: «A mocidade operária desconhece em absoluto os problemas que mais lhe deviam interessar, repudiando mesmo qualquer tentativa que lhe sugiram de aproximação do terreno sindical, preferindo absorver-se nos meandros dissolventes da *política* footbalista» (29). Assim, depois das filarmónicas, orfeões ou grupos de teatro pouco alienantes, o patronato descobriu nos grupos desportivos um excelente factor de desmobilização operária. A União dos Empregados no Comércio do Porto definiu com a criação do Grupo Desportivo em 1929. Na Carris daquela cidade o desporto deixou o sindicato na agonia (30). Na CUF, na Carris de Lisboa, na C.P. ..., o fenómeno alastrou com a rapidez duma epidemia.

III

Apresentado sem exageros o estado do movimento operário quando eclodiu o 28 de Maio, podemos agora avaliar a distância que separa a sua atitude real da mitologia revolucionária criada pelos memorialistas.

Forjada nos meandros de idealizações revoltosas, a revolta imaginária tem na obra de José Silva um dos mais típicos exemplos dessa literatura: «A revolta militar jamais vingaria se ao conhecer-se o seu levantamento em Braga, uma greve geral nacional fosse proclamada....

A Confederação Geral do Trabalho, que tantas greves gerais proclamara.... porque não a proclamara contra um movimento militar que não só vinha pôr em perigo a vida e a liberdade da classe operária.... mas a própria república» (31).

(C7) Para uma cronologia da Rádio em Portugal veja o *Anuário da R.D.P. 1977*. Lisboa, R.D.P., s/d.

(28) *A Vanguarda Operária*, de 8 de Dezembro de 1929.

(M) *A Vanguarda Operária*, de 26 de Janeiro de 1930.

(30) *Proletário*, de 5 de Outubro de 1929.

(81) José Silva, *Memórias de um Operário*. Porto, 1971, Vol. 1, pp. 201-202.

A Revolta Imaginária

Curiosa ingenuidade da parte dum militante que nos dias mais favoráveis à revolução, em Fevereiro de 1927, encurralou «cerca de duzentos homens» desarmados num pátio de Campanhã para.... apoiar os republicanos ⁽³²⁾. Feitas tantos anos após o golpe militar as críticas do militante comunista à C.G.T. levam o leitor a imaginar a rendição sem combate de um verdadeiro exército proletário a um bando de militares isolados. Se rendição houve, parece dizer José Silva, não foi por falta de tropas, mas por incapacidade do estado maior, isto é, da C.G.T.

O principal defeito do argumento é menos o de sobrevalorizar as forças da C.G.T. do que subestimar os apoios dados aos golpistas nos primeiros dias. Não confundiremos aqui o 28 de Maio com um movimento de carácter popular, já porque a colaboração de civis foi sistematicamente recusada pelos militares, nem assimilaremos os *vivas* aos putschistas com as futuras saudações ao salazarismo. Mas a esperança que do golpe saísse um providencialismo sebástico protector, semelhante ao bonapartismo sidonista, alentou o coração de muita gente. O 28 de Maio assemelha-se em muitos aspectos à revolta de Sidónio: o mesmo vazio programático, igual adesão dos republicanos anti-afonsistas, o apoio «adesivo» dos monárquicos, o assentimento dos sectores católicos, o carisma de Gomes da Costa, etc. Tal como o golpe de Sidónio, o 28 de Maio foi uma frente comum contra o odiado Partido Democrático, unanimidade reforçada pelos sectores intelectuais, dos futuristas aos seareiros, passando por Fernando Pessoa, à grande maioria do sector estudantil e do exército.

Entre os republicanos o golpe seria saudado pelos «cunha-lealistas», pelos chefes radicais Lopes de Oliveira, Martins Júnior, Justino Esteves e Lacerda de Almeida, por personalidades influentes como Álvaro de Castro, Procópio de Freitas, etc. O próprio esquerdista José Domingues dos Santos cujas opiniões eram *vox dei* na C.G.T. e no Partido Comunista, passou o dia 29 de Maio aos gritos de «Morrão os bonzos! Viva Gomes da Costa».

Manuel Joaquim de Sousa legou-nos o relato do seu encontro com o chefe da Esquerda Democrática: «Falando por acaso [?], com o chefe da *Esquerda Democrática* e alguns dos seus lugares-tenentes, expusemos-lhe a nossa angustiada intranquilidade. Perigava a liberdade e a próprio República!

(32) *Idem*, vol. 2, pp. 28-29.

Revoltas e Revoluções

Que importa? respondeu um deles — o que é preciso é que esse filho da puta [António Maria da Silva] vá abaixo. Enquanto ao mais, venha lá o que vier»⁽³³⁾.

Ressentido com a repressão brutal e deportações ordenadas por Azevedo Coutinho e António Maria da Silva, também o povo desejou a mudança sem discutir o preço. O assalto do Parlamento no dia 1 de Maio pelos tabaqueiros mostrara aos democráticos que entre eles e a classe operária o divórcio era definitivo. As manifestações de alegria na Praça da Batalha no Porto, em Coimbra e em Lisboa onde os populares enfrentaram a polícia fiel aos democráticos, foram vividas como um momento de libertação. No Barreiro grupos de operários não hesitaram em pegar em armas para apoiar os ditadores, sob o comando de Procópio de Freitas.

Tal unanimidade devia influir forçosamente sobre o comportamento da C.G.T. e dos seus órgãos, obrigá-los a tomadas de posição contraditórias. Em 31 de Maio *A Batalha* declara não poder «ficar neutra em face do governo que acaba de ser forçado a demitir-se e por isso combateu.

Mas... tampouco podia colocar-se ao lado, colaborar, directa ou indirectamente, com as forças políticas que lhe eram adversas»⁽³⁴⁾.

Na prática, a neutralidade é desmentida tanto na maneira de relatar os acontecimentos como nas tomadas de posição em relação aos protagonistas da revolta. No princípio de Junho o órgão sindicalista assegura os leitores que «fora dos monárquicos a ditadura militar não tem partidários em Portugal»⁽³⁵⁾, pouco depois de ter acusado Gomes da Costa de pretender «a todo o transe a formação dum governo rigidamente militar e intolerante»⁽³⁶⁾. Em compensação, Mendes Cabeçadas pretendia modestamente «arrancar o poder das mãos das clientelas políticas e governar com civis extra-partidários»⁽³⁷⁾.

As preferências da *Batalha* ditadas pelas circunstâncias do momento demonstram uma nítida incapacidade de agir. No primeiro dia de Junho uma comissão do jornal é recebida por João Mendes Cabeçadas, irmão do ditador e membro do Comité Revolucionário. Nessa reunião foi assegurado aos redactores não haver intenções ditatoriais da parte do movimento, nem de restringir o bem-estar do proletariado. Ao contrário. Pensava até conceder-lhe algumas justas regalias.

⁽³³⁾ *Voz Anarquista*, n.º 3 de 26 de Março de 1975.

⁽³⁴⁾ Supl. ao n.º 2298, de 31 de Maio de 1926.

⁽³⁵⁾ *A Batalha*, de 2 de Junho de 1926.

⁽³⁶⁾ Supl. ao n.º 2298 de 31 de Maio de 1926.

⁽³⁷⁾ *Idem*.

A Revolta Imaginária

Bem impressionada com um discurso «social» inesperado, a Comissão deu largas ao entusiasmo: «São realmente agradáveis e tomamo-las por sinceras as declarações do Sr. João Mendes Cabeçadas» (38). E, para não ficar por meias palavras, o órgão sindicalista dava destaque a um prospecto ambíguo lançado sobre Lisboa de aeroplano:

«A todos os nossos agrupados:

São oficialmente autorizados todos os nossos agrupados a desmentir categoricamente que o governo militar tenha a intenção de dissolver as associações de classe e de exercer absurdas represálias sobre as classes trabalhadoras.

Podem os nossos agrupados afirmar solenemente, nos meios que frequentam, que o governo militar, não só não dissolverá as associações de classe, como pelo contrário colaborará com elas para que se possa enfim realizar o comum objectivo de tornar mais feliz e livre de negras preocupações materiais o futuro do povo português.

O sindicalismo organizado é necessário à vida das sociedades modernas e o homem que trabalha é o mais útil elemento da nacionalidade. Por isso o governo militar quer colaborar com o trabalho nacional, justamente para que uma administração cuidada e isenta da nefasta influência dos políticos se possa traduzir num aumento de bem estar individual e das classes trabalhadoras, principal objectivo das associações de classe.» (39).

As promessas aliantes de Cabeçadas surgiram no dia em que a orda nordista começava a deslocar-se em direcção da capital, e Carmona era reinvestido no comando da 4.^a divisão militar (Évora) por Gomes da Costa. Mera coincidência, ou pressentimento da depuração concretizada em 18 de Junho?

Fosse como fosse o idílio tinha os dias contados. Em 3 de Junho *A Batalha* operava uma espectacular reviravolta. Na primeira página reproduzia-se em letras garrafais a frase categórica do chefe nordista: «Não quero ditadura militar! Quem o disser mente como um cão!».

Começava assim a reabilitação do tiranete de Braga, apesar de no seu séquito figurarem personalidades como Raúl Esteves, Filomeno da Camara, Sinel de Cordes e outros coveiros das cívicas liberdades: «O general Gomes da Costa — comenta o porta-voz da Organização Operária — compreendeu que este povo não quer viver sob uma ditadura que seria, para o seu espírito de tolerância, para o seu amor tradicional pela liberdade, considerado como um erro grave e uma solução absurda — erro grave e solução absurda a que ele dá as proporções

(38) *A Batalha*, de 2 de Junho de 1926.

(39) *Idem*.

Revoltas e Revoluções

de um crime monstruoso. E percebendo que o pretendem envolver nessa especulação nefanda ergue-se indignado a negá-la — a negá-la com a violência e a energia de quem se sente atingido pela mais torpe calúnia» (40).

Para compreendermos as oscilações do órgão sindicalista — que não são exactamente as da C.G.T. — torna-se necessário recuar agora um pouco no tempo. Numa reunião em 31 de Maio, a Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa votou um documento no qual declarava a «greve geral revolucionária em princípio» e «aceitar para uma mais eficaz resistência, a frente única com todos os organismos que aceitem e pratiquem a luta de classes» (41).

Era mais do que justificada a prudência da Câmara Sindical ao votar a greve em princípio, esperando igual exemplo dos raros organismos sindicais provincianos ainda activos. À excepção de Évora, onde parece ter-se esboçado o movimento, o apelo à greve teve como resposta um silêncio sepulcral.

Enquanto não eclodia a imaginada revolta operária, *A Batalha* continuou a iludir-se e a iludir os leitores sobre os bons sentimentos de Cabeçadas ou Gomes da Costa, até que a projectada greve foi subitamente desconvocada. David de Carvalho, então membro da redacção, acusa a C.G.T. de ter capitulado às exigências de Cabeçadas durante a reunião com Santos Arranha e Virgílio de Sousa (42). Por outras palavras, se não houve levantamento de massas foi porque a Central Operária o impediu.

David de Carvalho falseia voluntariamente os dados reais, oculta a situação da C.G.T. (aparelho quase sem massas), assim como as relações deste organismo com o jornal que se intitulava o «porta-voz da organização operária». Qualquer leitor um pouco atento se apercebe do fosso aberto, a partir de 1923 pelo menos, entre a C.G.T. e o seu órgão. Cedendo à divisão do trabalho manual e intelectual *A Batalha* foi acaparada por verdadeiros profissionais do jornalismo, separados do operariado, imbuídos de espírito de casta. O próprio suplemento «literário» criado em 1923, cuja missão era a de alargar as lutas ao domínio cultural, não passou de uma tribuna especializada da promoção individual de meia dúzia de «simpatizantes» da classe operária.

Durante os primeiros dias da ditadura Mário Domingues, Santos Arranha, Cristiano Lima, Virgílio de Sousa, David de

(40) *A Batalha*, de 3 de Junho de 1926.

(41) Supl. ao n.º 2298, de *A Batalha*, de 31 de Maio de 1926.

(42) *Os Sindicatos Operários e a República Burguesa (1910-1926)*. Lisboa, Seara Nova, 1977, p. 241.

A Revolta Imaginária

Carvalho e alguns outros exprimiram opiniões pessoais ou grupusculares como sendo emanções confederais, tão depressa favoráveis a Cabeçadas, como a Gomes da Costa. Paralelamente censuravam (e truncavam) as declarações da União Anarquista Portuguesa, da Federação Pró-Presos e outros organismos, que tinham de ser editadas pela *Comuna* em versão integral. Não foi portanto a C.G.T. quem capitulou perante as «ameaças» de Cabeçadas. Foi a Comissão de *A Batalha* que destruiu a possibilidade já muito reduzida de mobilização com o artigo dedicado à entrevista com Cabeçadas.

Por ter aplaudido precipitadamente o 2 de Novembro de 1918, o operariado desconfiava das revoltas de caserna, causa fundamental da instabilidade do regime e quase sempre desfavoráveis às suas reivindicações. Se inicialmente simpatizou com o 28 de Maio, foi por ter a impressão que do futuro regime não podia advir mal superior ao governo de António Maria da Silva:

«A sua passagem pelo poder... ficou assinalada por uma série infundável de crimes de toda a casta, só próprios de piratas e de bandidos os mais celerados.... Foi, pois, por assim dizer, que o povo rejubilou com a derrocada da camarilha que por largos anos teve o país a saque, transformando-o em falperra....» (43).

Por razões táticas, ou porque lhes não parecesse tarefa prioritária, os sublevados não se notabilizaram na repressão das organizações operárias até à revolta de Fevereiro de 1927. Submeteram é certo, *A Batalha* ao regime da censura em 22 de Junho e impediram-lhe a circulação em 17 e 30 do mesmo mês, mas estes precalços conhecera-os o órgão sindicalista com todos os governos republicanos (44).

Em vez da batalha sangrenta ou da simples guerra surda inventada pelos depositários da «memória operária», uma convergência oportunista reuniu muitas vezes putschistas e trabalhadores à volta de objectivos comuns. Durante as primeiras horas da revolta, o pessoal dos correios sabotou sistematicamente os telegramas do governo democrático. Reconhecido por esta ajuda espontânea, Gomes da Costa demite, em 31 de Maio, da administração dos correios, o odiado António Maria da Silva. Ao mesmo tempo, e para mostrar que é um partidário da «democracia directa», o ditador convida o pessoal a escolher ele mesmo o substituto. Em nota pública a Associação de Classe

(43) *A Comuna*, de 20 de Junho de 1926.

(44) No dia 17, véspera da destituição de Cabeçadas, o Suplemento ao n.º 2313 de *A Batalha*, declarava de novo a greve geral.

Revoltas e Revoluções

do Pessoal Menor dos Correios e Telégrafos recusa a eleição mas confessa «não poder deixar de apreciar as boas intenções de Sua Ex.^a...» (45). No Seixal a colaboração é mais espectacular. Um grupo de operários e marinheiros demite o administrador do Concelho Jorge da Costa. No Barreiro o Comité dos Ferroviários depõe o administrador legal, pondo no seu lugar o corticeiro Luís Pinto. Na Casa da Moeda o pessoal pede aos ditadores a exoneração de Aníbal Lúcio de Azevedo.

A greve ferroviária do Sul e Sueste é um dos casos mais sugestivos da convergência anti-democrática. Coincidindo com o movimento militar, o conflito ferroviário visava a destituição de Plínio da Silva director dos Caminhos de Ferro do Sul, Pinto Teixeira administrador geral dos Caminhos de Ferro do Estado e do subdirector José de Jesus Pires, todos eles afectos ao governo de António Maria da Silva. Em 2 de Junho Cabeçadas atende a exigência dos ferroviários, contemplando por essa forma a contribuição dos grevistas na imobilização das tropas fiéis ao governo.

(45) *A Batalha*, de 4 de Junho de 1926.